



A PRÁTICA DOCENTE E O ENSINO DA HISTÓRIA DO POVO NEGRO NAS TURMAS DE 4º E 5º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Lucicleide Araújo Rodrigues ¹; Edmara Beserra dos Santos ²; Margareth Maria de Melo ³

¹ *Universidade Estadual da Paraíba/Campus I - lucicleidearaujo727@gmail.com*; ² *Universidade Estadual da Paraíba/Campus I - edmarabeserra@hotmail.com*; ³ *Universidade Estadual da Paraíba/Campus I - margarethmmelo@yahoo.com.br*

RESUMO: O presente artigo consiste num relato com base em uma pesquisa de Iniciação Científica, PIBIq/UEPB, realizada pelo Grupo de Pesquisa, “Dialogando com a Diversidade Étnico Racial”, entre agosto/2016 e julho/2017. A mesma teve como objetivo investigar e analisar a prática docente de ensino de história sobre a temática africana e afro-brasileira nos 4º e 5º anos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tendo como campo de pesquisa, três escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de Campina Grande-PB. Essa pesquisa teve sua origem devido às inquietações que surgiram ao observarmos, em circunstâncias anteriores, que ao tratarmos a temática africana e afro-brasileira alguns docentes faziam uso do livro didático de História como único recurso, o conteúdo ministrado era limitado e com lacunas. Em pesquisas já realizadas anteriormente, verificamos que algumas coleções de livros didáticos de história das turmas de 4º e 5º anos apresentavam o conteúdo referente à temática africana e afro-brasileira de forma resumida e com alguns conteúdos ausentes. Diante do contexto exposto, desenvolvemos três oficinas nas quais foram abordados temas relacionados ao continente africano, o trabalho escravo e resistência negra, a Abolição e o Pós-abolição. Fazendo uso de uma metodologia de cunho qualitativa, um dos maiores desafios enfrentados foi o de adentrar em cada escola e compreender as redes que se articulavam em cada espaço e pessoas do ambiente explorado. Nessa perspectiva, no intuito de orientar nossas ações durante a realização das oficinas, nos encontros destinados a estudos, promovidos pelo Grupo de Pesquisa, buscamos estudar e discutir alguns autores e documentos oficiais relacionados ao tema, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade cultural/Orientação sexual. Com base na participação nas oficinas e no material produzido pelos alunos, destacamos três categorias que nortearam as discussões que serão dispostas no decorrer deste artigo, sendo elas: A lei Áurea como a salvação dos escravos negros, o escravizado negro e sua passividade e, ainda, a parceria universidade e escola. Considerando essa última de fundamental importância a fim de que se promova uma implementação na formação desses professores, contribuindo para que haja mudanças significativas, tanto na sala de aula, quanto no âmbito escolar como um todo, em se tratando da importância com que é tratada e metodologia utilizada nas aulas da disciplina de História.

Palavras-chave: Temática africana e afro-brasileira; prática docente; formação.

INTRODUÇÃO

A problemática que foi estudada nesta pesquisa foi o ensino de história e a temática africana e afro-brasileira. Ao constatarmos, em pesquisas anteriores, as lacunas presentes no



Livro Didático (LD) e as dificuldades das professoras¹ com o trato com a temática, desejamos contribuir com a formação das docentes do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental no trabalho sobre a temática africana e afro-brasileira no cotidiano escolar. As professoras evidenciaram que para além do desconhecimento sobre a África e a história do negro no Brasil, outra necessidade era o ensino numa perspectiva mais aberta, crítica, numa metodologia mais dialógica e interativa que possibilitasse o desenvolvimento da criatividade para vivência de práticas que provoquem a inclusão no cotidiano escolar. Por outro lado, as escolas localizadas na periferia da cidade, apresentaram um desafio quanto à indisciplina dos estudantes, muitas histórias de violência marcaram as vidas destas crianças, exigindo das educadoras uma atenção mais específica quanto às relações de convivência no grupo social. O ensino da temática africana e afro-brasileira com a aprovação da Lei 10.639/2003 não foi algo concedido, mas sim, conquistado, sendo resultado de lutas e reivindicações do Movimento Negro que busca a implantação de uma sociedade com uma visão intercultural em que as diferenças existam e possam conviver. Nesse sentido, a educação assume um papel significativo na promoção de ações de reconhecimento das diferenças existentes e constituintes de uma nação. “Isto deveria ser o objetivo da educação interessada no desenvolvimento cultural. Para alcançar tal objetivo, é necessário que a educação forneça um conhecimento sobre a cultura local, a cultura de vários grupos que caracterizam a nação e a cultura de outras nações” (BARBOSA, 1998, p.14).

Logo, a aprovação da Lei 10.639/2003 consiste numa oportunidade legal de proporcionar valorização cultural dos diferentes grupos étnicos constituintes da sociedade brasileira. Assim, o desafio está posto para o corpo docente de todos os níveis de ensino, visto que muitas professoras ao longo da sua trajetória de formação não estudaram sobre a história e cultura africana e afro-brasileira.

Com base no contexto exposto, o objetivo do nosso trabalho é analisar como as professoras e alunos/as tratam a temática africana e afro-brasileira no cotidiano escolar do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, de algumas escolas da rede Municipal de Campina Grande, de modo a identificar como os/as professores/as trabalham a temática africana e afro-brasileira no cotidiano escolar; verificar quais os conteúdos referentes à temática afro-brasileira foram tratados nos livros didáticos de história do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, utilizados em escolas da rede Municipal de Campina Grande; averiguar se as professoras das escolas campo

¹Como o corpo docente dos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas escolas campos da pesquisa, é formado por mulheres, usaremos o feminino ao se retratar às docentes.

da pesquisa, estão coerentes com as diretrizes oficiais sobre a temática afro-brasileira; avaliar como a imagem do negro e da negra é discutida em sala de aula pela professora; relacionar como o conteúdo sobre a questão negra provoca a professora e alunos/as no cotidiano da sala de aula a discutir ou não sobre o racismo.

Nessa perspectiva, inicialmente, foi feito o estudo dos autores: Albuquerque e Fraga Filho (2006), Godoy (1995) entre outros e documentos oficiais: Lei 10.639/03, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004), os Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Pluralidade Cultural/Orientação Sexual (2001) que tratam sobre o ensino de história, a diversidade cultural e a temática africana e afro-brasileira. A fim de orientar a parte prática da nossa pesquisa, utilizamos a pesquisa nos/dos/com os cotidianos (ALVES, 2008), e para análise dos dados da pesquisa tomamos a análise de conteúdo qualitativa (BAUER, 2002), das transcrições das gravações concedidas e do material produzido pelas turmas nas oficinas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é uma continuidade da pesquisa desenvolvida na cota 2015/2016 do Programa de Iniciação Científica, PIBIq/UEPB, por alunas pesquisadoras, sendo uma bolsista e as demais voluntárias com a orientação da professora Margareth Maria de Melo, do Departamento de Educação da UEPB. Ela foi desenvolvida em três escolas da rede municipal de ensino, nas turmas de 4º e 5º anos. Uma escola tinha duas turmas de cada ano letivo e as demais uma turma, totalizando quatro turmas de 4º e o mesmo em relação ao 5º ano, isto é, oito turmas. Procurou-se focar a pesquisa de cunho qualitativo, devido a sua permissibilidade de abrangência de um contexto mais amplo da realidade investigada,

Hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes (GODOY, 1995, p. 21).

A metodologia utilizada na pesquisa de campo foi a pesquisa nos/dos/com os cotidianos, proposta por Alves (2008), a qual entende que o ambiente a ser conhecido exige um mergulho e envolvimento do pesquisador nos cotidianos e espaços do campo de pesquisa. Ou seja, essa pesquisa “exige do pesquisador que se ponha a sentir o mundo e não só a olhá-lo, soberbamente, do alto ou de longe” (ALVES, 2002, p. 16). Uma vez que, esse mundo que



precisa ser sentido, apresenta uma complexidade, e o contexto da escola não seria diferente, por isso,

A metodologia assumida considerou o cotidiano da escola como um espaço/tempo de produções/enredamentos de saberes, imaginações, táticas, criações, memórias, projetos, artimanhas, representações e significados. [...]. Queiramos ou não, fazemos parte do cotidiano pesquisado e por mais alheios e neutros que desejamos ser, sempre acabamos por alterá-lo (FERRAÇO, 2008, p.103).

Considerando essa proposta, percebemos que ao adentrarmos ao campo de pesquisa, o modificamos e somos modificadas, a forma como o vemos passa por transformações desde a primeira observação até a última. Não saímos do espaço escolar da forma como entramos, a concepção e visão são influenciadas por nossos preconceitos (não no sentido pejorativo do termo) e ideias que ao longo do envolvimento vão sofrendo modificações.

A parte interventiva do nosso projeto se deu com a observação uma vez por semana da sala de aula, infelizmente, as alunas voluntárias não conseguiram condições para essa atividade, ficando a cargo apenas da aluna bolsista que iniciou numa turma de 4º ano em 2016 e em 2017 acompanhou o grupo que foi para o 5º ano, de apenas uma das escolas. A segunda atividade, que envolveu todo grupo de pesquisa, foi a elaboração e execução de oficinas nas turmas de 4º e 5º ano das três escolas. Enquanto as pesquisadoras ficavam nas turmas com as crianças a professora Margareth desenvolvia uma formação com as professoras. No grupo de pesquisa eram feitos estudos sobre os temas que foram trabalhados em forma de seminários, eram produzidas as sequências didáticas e os recursos materiais que foram utilizados nas oficinas: cartazes com conceitos e imagens, material impresso para distribuição com os alunos e para apresentação. Cada sequência didática utilizada nas oficinas foram realizadas de forma dinâmica para promover um debate a partir da interação dos alunos, dando sequência com a realização de atividades em grupo e produção textual. A duração de cada oficina era referente ao horário completo do turno da tarde. Em todas as escolas a participação das docentes e discentes foi significativa, em alguns momentos participaram também pessoas da equipe técnica e a gestora da escola.

RESULTADOS

Um trabalho de cunho qualitativo permite-nos um aprofundamento em relação ao tratamento dos dados obtidos, nesse sentido, por meio da análise de conteúdo construímos



categorias de acordo com as questões mais recorrente, tanto nas atividades com os/as estudantes, como com as professoras. Sendo assim, a Lei Áurea como a salvação dos escravos negros, era o destaque, fato ainda muito presente tanto no LD, como nas falas dos sujeitos envolvidos. Outro aspecto que se destacou foi a passividade do escravizado, como se o negro se adaptasse e aceitasse a condição de escravo. Assim, a passividade do escravizado ficou como segunda categoria. Por fim, a formação sobre a temática, tanto estudantes como as professoras destacaram a importância daqueles momentos de estudo e troca de experiências. A formação e a parceria escola e universidade ficou como terceira categoria. A seguir falaremos um pouco de cada categoria.

A Lei Áurea como a salvação dos escravos negros

O livro didático trata das leis que culminaram com a libertação do povo negro, a Lei Eusébio de Queiroz, a Lei do Ventre Livre, a Lei Sexagenária e a Lei Áurea, mas, são pontuais, e a que mais se destacou foi a “Lei Áurea”, entendida como a principal lei que garantiu a liberdade do povo negro escravizado no Brasil. Não é mencionado, o movimento de resistência, lutas, revoltas, fugas que culminaram com a libertação. Percebe-se, então, que a forma como a lei é vista faz transparecer que o povo negro não lutou pela sua liberdade, mas, simplesmente a ganhou por causa da bondade da Princesa Isabel que assinou a Lei Áurea. “A abolição aconteceu por causa da lei Áurea, mas ainda existiam escravos” (aluna de uma turma de 5º ano B). Vemos na escrita da aluna que a propiciadora da abolição no Brasil foi a Lei Áurea, mas que, de certa forma, não garantiu a liberdade de todos os escravizados.

Durante o desenvolvimento da oficina referente a abolição e o pós-abolição, ao questionarmos se os alunos conheciam alguma lei que garantiu a abolição da escravidão no Brasil, a resposta da maioria dos alunos foi a de que a Lei Áurea teria sido a responsável pela libertação dos escravos. Mesmo após a discussão de que a abolição da escravidão, no Brasil, fora resultado da luta individual e coletiva do povo negro escravizado, alguns alunos ainda apresentaram a Lei Áurea como uma dádiva da princesa que garantia a liberdade do povo negro.

O ensino de História e Cultura afro-brasileira segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006) é de grande importância para o convívio entre brasileiros, pois se aprenderá o respeito, a valorização da herança africana e o reconhecimento do protagonismo negro.

Na discussão com as docentes ocorreu também o estranhamento, estas nunca tinham



parado para refletir sobre o movimento abolicionista e outras questões, como por exemplo, o pós-abolição, o que ocorreu com negros/negras ao longo de século XX?

Assim, o ensino de história tem um papel fundamental na formação, pois permite o desenvolvimento de um sujeito crítico, reflexivo e curioso, um pesquisador. A proposta de uma metodologia mais interativa, dialógica, reflexiva que explora múltiplas linguagens, como a fotografia, o cordel, a história em quadrinhos, o jornal, a história oral, local, o estudo do meio são desafios que se colocam para o corpo docente.

O escravizado negro e sua passividade

Diante do material produzido pelos alunos percebemos o quanto o povo negro é visto como passivo, que aceitava os açoites, surras e castigos. As suas formas de resistência não são enfatizadas como os castigos que os negros sofriam. Albuquerque e Fraga Filho (2006), destaca a luta individual e coletiva, a resistência negra, as fugas e a formação dos quilombos. Outro aspecto que aparece no LD é que os abolicionistas protagonistas do processo são pessoas brancas, quase não se fala de como o povo negro se articulou e conquistou sua liberdade. Muitos abolicionistas são negros libertos e outros escravizados. Nesse sentido, um dos alunos escreve que “Os escravos só eram castigados por lutarem por sua liberdade” (aluno do 4ª ano B). Como uma forma de enfatizar a luta do povo negro escravizado diante dos maus tratos e explorações, fizemos a leitura de um cordel que tratava da história de um guerreiro negro chamado Manoel Congo, o qual passou por diversas formas de violência, mas que lutou de forma individual e coletiva por meio da mobilização dos outros escravizados para realização de fugas e formação de quilombos. As frases/textos/desenhos produzidos pelos alunos das três escolas que foram realizadas as oficinas mostraram que a maioria dos alunos ainda relaciona o trabalho escravo diretamente ao negro e ao africano. Os desenhos produzidos em sua maioria representam navios negreiros. Diversas formas de resistência do povo negro escravizado foram apresentadas pelos alunos após o momento de apresentação feito pelas professoras, tais como: capoeira, aborto, suicídio e a fuga de escravos apareceram como resistência do negro contra a escravidão.

Assim, a forma de resistência mais citada pelos alunos é, portanto, a individual, as lutas coletivas por liberdade não aparecem nas frases dos alunos, embora a resistência individual fosse citada percebe-se que pouco se comenta sobre a luta do escravo pela liberdade, a resistência à escravização não foi priorizada nas frases. Castigos como chicotadas, tronco,



acorrentamento e o enforcamento apareceram em frases relacionadas a castigos físicos sofridos pelos escravos.

Em todos os registros dos alunos das três escolas aparecem frases como: “os escravos eram chicoteados”; “os escravos apanhavam” (aluno do 5º ano). Precisa questionar sobre o porquê dos castigos, a passividade do negro é uma falácia, o povo negro usou de diversas táticas de desobediência no cotidiano e ele encontra alento e força na religião de matriz africana, na capoeira, na roda de dança e batuque. Esses eventos eram momentos de reencontro com suas raízes e ancestralidade, era uma recomposição de suas forças para luta diária.

Quando nas oficinas se tratou da questão da religião de matriz africana, ficou evidente a estranheza dos alunos diante do diferente. Percebemos nas reações das crianças ao apresentarmos imagens referentes as entidades religiosas de matriz africana que tais imagens provocavam espanto e associação ao diabo. Essa tem sido a maior dificuldade no trato com a temática. A influência das religiões cristãs tem sido um desafio para abordagem do tema. Em algumas escolas a capoeira é associada a religião como sendo algo negativo para alguns pais.

O Projeto “Capoeira na Escola” já conseguiu enfrentar diversas situações de resistência para implementação da lei 10.6309/03. Neste sentido, ele tem contribuído significativamente para o trabalho sobre a temática.

Parceria universidade e escola: a formação e a importância do trabalho coletivo

Desde o primeiro momento de contato com as escolas, até o momento da realização das oficinas, percebemos o quanto professoras, alunos e também alguns funcionários da coordenação das escolas, foram participativos e atenciosos ao nos receberem e participarem das oficinas desenvolvidas. Durante a realização das oficinas, as professoras faziam questão de enfatizar a importância do desenvolvimento do nosso projeto, relatando que após a realização das oficinas os alunos passaram a ser mais vigilantes em relação ao respeito ao outro e elas passaram a dar uma maior ênfase a temática africana e afro-brasileira durante as aulas.

A formação sobre o Continente Africano foi de uma singularidade que chamou a atenção de todos, desde as alunas do grupo de pesquisa, aos alunos da escola, bem como as professoras das escolas campos. Todas/os ficaram impressionadas/os com as informações e a possibilidade de novos conhecimentos trocados no estudo, visto que, a imagem de África



sempre foi muito negativa para todos.

Ao término de cada oficina, alguns alunos questionavam se haveriam outras, pois, de certa forma, o momento da oficina lhes permitia aprender coisas novas de forma dinâmica e divertida, permitindo o trabalho em grupo, a reflexão e o debate, isto é, a saída da rotina. É preciso pensar o ensino de história de forma mais interativo e dinâmico.

Acreditamos que o ensino da História e da Cultura Afro-brasileiras representará um passo fundamental para um convívio social caracterizado pelo mútuo respeito entre todos os brasileiros, na medida em que todos aprenderão a valorizar a herança cultural africana e o protagonismo histórico dos africanos e de seus descendentes no Brasil (ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO, 2006, p. 7).

Além de conhecer melhor a história e cultura afro-brasileira precisamos valorizar a influência negra na nossa história e cultura, rompendo com uma visão inferiorizada, promovendo uma dinamicidade com a discussão da história.

O tratamento da temática Africana e Afro-brasileira é uma forma de transformação-reformulação de conceitos e práticas tão recorrentes e destrutivas. Diante disso, professoras têm a incumbência de tratar variados conteúdos dentro da temática africana e afro-brasileira, mas surgem duas questões: O que tratar? Como tratar? Tanto os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001) como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Racial e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004) orientam nestes aspectos do conteúdo que deve ser tratado e na metodologia a ser utilizada. Outro aspecto relevante foi a participação das professoras, em todos os encontros se percebeu o envolvimento, a participação, a curiosidade e o interesse no estudo, esse processo de formação continuada exigiu um envolvimento das discentes do grupo de pesquisa o que gerou a necessidade de mais estudo no grupo de pesquisa favorecendo além da formação continuada, a realização da formação complementar junto as estudantes do grupo de pesquisa. A formação complementar e continuada é uma exigência permanente na qualificação docente e essa pesquisa favoreceu essa experiência que além da formação teórica também exigia a prática, pois tanto tinha estudo como elaboração e execução de sequência didática.

Um dos desafios enfrentados foi o pouco tempo para o estudo e aprofundamento da temática entre as estudantes do grupo de pesquisa e também para as professoras, a necessidade de mais informação e de reflexão sobre a forma de tratar o tema dentro do ambiente escolar, rompendo com preconceitos e estereótipos é um desafio que se apresenta.



A importância do trabalho coletivo é uma realidade, pois mais docentes poderiam ser envolvidos nesta formação. Como pensar uma estrutura para atingir mais professoras da mesma escola? Como envolver mais estudantes do curso de Pedagogia com essa preocupação de estudo? Como atingir mais escolas da rede municipal da cidade? Como expandir esse projeto de formação complementar e continuada?

CONCLUSÃO

A implementação da Lei 10.639, ainda é um desafio em se tratando do cotidiano escolar, especificamente, no contexto da sala de aula, contudo, tivemos a possibilidade de vivenciar resultados significativos com a realização de oficinas nas/com os/as alunos/as e professoras das turmas de 4º e 5º anos. Dando-nos assim, a certeza e convicção de que um trabalho conjunto entre universidade e escola pode promover a ultrapassagem de sentimentos e ações racistas e preconceituosas, pois, num contexto em que se propõe a implantação de uma sociedade multicultural, de convivência com as diferenças é imprescindível a formação sobre a história e cultura africana e afro-brasileira. O que consideramos, é que entender o fenômeno da prática docente e a temática africana e afro-brasileira se faz um caminho para a realização e promoção de ações que visem à consolidação da Lei 10.639/2003, na prática. E, em se tratando de uma Lei para educação, a prática docente aparece como protagonista e possibilitadora de uma ação transformadora que se espalhará por todos os contextos sociais, com que o aluno contactua.

Durante a realização das atividades do/pelo/no grupo de pesquisa pudemos ter a possibilidade de vivenciar novas experiências e situações que nos fizeram perceber o quanto a temática africana e afro-brasileira precisa ser trabalhada e vivenciada tanto no meio acadêmico quanto na Educação Básica. Pois, durante muito tempo houve um silenciamento por parte do grupo dominante em relação aos dominados, e diante disso, houve uma disseminação de ações, sentimentos, ideologias excludentes e repressoras.

Nós, enquanto pesquisadoras, professoras em formação, encontramos dificuldades ao longo da realização das oficinas devido ao mau comportamento de alguns alunos indisciplinados que fazendo barulho estavam desatentos em relação à aula, e tirando a atenção dos colegas. Diante dessa situação, o desenvolvimento das primeiras atividades foi dificultado, mas com o trabalho contínuo e persistente, conquistamos a atenção da maioria dos alunos, além disso, segundo relato de algumas professoras, o comportamento dos alunos teve



mudanças significativas, pois passaram a respeitar os colegas, a diminuir o uso de termos ofensivos de conotação racista contra os colegas. Tais acontecimentos nos deram a oportunidade de elaborar/reelaborar, construir/reconstruir nossa prática e postura enquanto educadoras dentro do sistema educacional.

Acreditamos então que o trabalho de conscientização deve começar por quem estará conscientizando, pois se trata de uma temática que envolve as relações humanas, nas suas peculiaridades. Percebemos que a cada encontro o tema trabalhado no encontro anterior quando retomado era o que mais predominava, sendo assim, compreendemos a necessidade de um trabalho contínuo, com ênfase em práticas, conceitos positivos em relação à temática africana e afro-brasileira.

Verificamos ainda que o envolvimento do corpo docente nos estudos e na prática em sala de aula foi significativo para o bom andamento do trabalho. Conhecer um pouco do continente africano e a história e cultura afro-brasileira ajudou tanto as pesquisadoras que cursam a formação inicial, no curso de Pedagogia e, principalmente, as docentes das três escolas envolvidas que na formação continuada tiveram a oportunidade de aprender novos conhecimentos e trocar experiências de práticas desenvolvidas na escola sobre a temática.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma História do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho – o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In. OLIVEIRA, I. B. de; ALVES, N. **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas: sobre redes de saberes**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2008, p.15-38.
- BARBOSA, Ana Mae. **Tópico Utópicos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Racial e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, SEPIR, SECAD, INEP, 2004.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade cultural/Orientação sexual**. 3ª ed. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria, 2001. Volume 10.
- FERRAÇO, Carlos Eduardo. Ensaio sobre uma metodologia efêmera: ou sobre as várias maneiras de se sentir e inventar o cotidiano escolar. In. ALVES, Nilda. OLIVEIRA, Inês Barbosa. (Orgs.). **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas - sobre redes de saberes**. Petrópolis: DP et Alii, 2008.
- GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais**. Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em 13/05/2016 às 23:46.